

Declaração de Consentimento Tratamento de Dados

Nome: _____

E-mail: _____

Observações: _____

Eu, _____, declaro que dou o meu consentimento, de forma positiva, informada e esclarecida, relativamente à autorização de registo, tratamento e portabilidade dos meus dados, com as seguintes finalidades:

a) Tratamento interno da Associação OFICILABTEC – Oficina da Ciência de Sintra.

Autorizo

Não autorizo

b) Envio de informações, alertas, novidades e convites.

Autorizo

Não autorizo

c) Registo e publicação por via digital ou outra, de fotografias, imagens ou vídeos captados, desde que estes se destinem apenas a ilustrar as atividades realizadas pelo participante.

Autorizo

Não autorizo

Todos os procedimentos acima referidos decorrem ao abrigo da Política de Proteção da Privacidade e em conformidade com o Regulamento Geral de Proteção de Dados 2016/679 de 27 de abril, cujas disposições começaram a produzir efeitos no ordenamento jurídico português em 25/05/2018.

Data: ____ / ____ / _____

Assinatura: _____

A Associação OFICILABTEC – Oficina da Ciência de Sintra, declara que os supra referidos dados pessoais não serão utilizados para qualquer outra finalidade para além das supra mencionadas e decorrentes do exercício das competências legais desta associação, comprometendo-se a solicitar novas declarações de consentimento, sempre que esteja em causa o uso dos dados em epígrafe para outra finalidade que não as aqui expressamente manifestas, em cumprimento com o disposto na sua Política de Privacidade e em sede de Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).

O RGPD e os novos Direitos dos Titulares de Dados Pessoais

Uma das alterações do RGPD relativamente à legislação anterior em matéria de proteção da privacidade e de dados pessoais consiste no facto de conferir aos titulares de dados pessoais um conjunto de novos direitos, a saber:

Direito de acesso – art. 15 – o titular de dados pessoais tem direito a aceder (conhecer, solicitar e recolher) a todos os seus dados pessoais existentes, recolhidos e registados em cada instituição;

Direito de retificação – art. 16 - o titular de dados pessoais tem direito a corrigir, (alterar, adaptar e atualizar) todos os seus dados pessoais existentes, recolhidos e registados em cada instituição ;

Direito ao apagamento (“direito a ser esquecido”) - art. 17 - o titular de dados pessoais tem direito a solicitar o apagamento de todos os seus dados pessoais existentes, recolhidos e registados em cada instituição (com exceção daqueles que por definição de prazo legal têm que ser conservados);

Direito à limitação do tratamento – art. 18 - o titular de dados pessoais tem direito a limitar o tratamento dos seus dados pessoais solicitando o exercício da recolha dos dados estritamente necessários ao exercício da finalidade em causa, bem como a definição clara da finalidade a que o tratamento de dados se destina e o prazo de conservação dos mesmos;

Direito de portabilidade dos dados – art. 20 - o titular de dados pessoais tem direito a receber os seus dados pessoais e a transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento, sempre que esses dados tenham sido fornecidos pelo seu titular a um responsável de tratamento com base no consentimento ou num contrato e se o tratamento de dados for realizado por meio automatizados;

Direito de oposição – art. 21 - o titular de dados pessoais tem direito de se opor ao tratamento de dados incluindo a definição de perfis, se não tiver concedido consentimento para o efeito ou se o tratamento não decorrer, designadamente, de um contrato, de procedimentos judiciais ou defesa dos seus interesses vitais, entre outros (ver nº2 do artigo 9º);

Direito a não ficar sujeito a decisões individuais automatizadas – art. 22 - o titular de dados pessoais tem direito a não ficar sujeito a decisões tomadas com base no tratamento automatizado, incluindo a definição de perfis, se esse facto puder produzir efeitos que o venham a afetar na sua esfera jurídica ou outra.